

Proposta de rede de pontos para o *Atlas linguístico topodinâmico e topoestático do estado do Tocantins (ALiTTETO)*: implicações metodológicas

Proposal of a network of points for the Topodynamic and topostatic linguistic atlas of the state of Tocantins (ALiTTETO): methodological implications

Greize Alves da Silva

UFT

greize_silva@yahoo.com.br

Vanderci Andrade Aguilera

UEL

vanderci@uel.br

Resumo: Neste trabalho, discutiremos as implicações metodológicas para a fixação da rede de pontos para aqueles que se propõem a fazer um atlas linguístico no Brasil. Com essa finalidade, apresentamos as diretrizes utilizadas pelos dialetólogos e geolinguistas latino-americanos, sobretudo em relação à quantidade de localidades a ser inquiridas e quanto aos aspectos que deverão nortear os pesquisadores nesta seleção. Sob esse ponto de vista, discutiremos a rede de pontos dos atlas linguísticos publicados e em andamento no Brasil. Em termos metodológicos, sob uma perspectiva pluridimensional, apresentamos as diretrizes adotadas para a rede escolhida do *Atlas linguístico topodinâmico e topoestático do estado do Tocantins*, composta por 10 localidades.

Palavras-chave: atlas linguístico; Dialetologia pluridimensional; Geolinguística.

Abstract: In this paper, we will discuss the methodological implications for the establishment of the network of points for those who intend to make a linguistic atlas in Brazil. To this end, we present the guidelines used by Latin American dialectologists and geolinguists, especially regarding the number of locations to be surveyed and the aspects that should guide the researchers in this selection. From this point of view, we will discuss the network of points of the linguistic atlases published and in progress in Brazil. In methodological terms, under a multi-dimensional perspective, we present the guidelines adopted for the chosen network of the *Topodynamic and topostatic linguistic atlas of the state of Tocantins* composed of 10 locations.

Keywords: linguistic atlas; multi-dimensional Dialectology; Geolinguistics.

Recebido em 14 de outubro de 2015
Aprovado em 22 de fevereiro de 2016

Introdução

A Geolinguística no Brasil tem crescido significativamente nas últimas décadas, sobretudo após 1996, por ocasião do *Seminário Caminhos e Perspectivas*, realizado na Universidade Federal da Bahia, quando nasceu o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) cuja meta é cartografar a variação diatópica do português Brasileiro falado em 250 localidades distribuídas pelos 26 estados administrativos.

Vários estudos¹ publicados descrevem trabalhos que predisõem a seguir, total ou parcialmente, a metodologia estipulada pelo Projeto ALiB. Entre esses trabalhos, podemos notar que uma das fases mais importantes para o êxito da pesquisa se refere à rede de pontos a ser pesquisada pelo atlas, pois é preciso levar em consideração tanto aspectos linguísticos como históricos, populacionais e geográficos para descrever áreas dialetais.

Nessa direção, discutimos os critérios que devem ser considerados para a composição da rede de pontos de um atlas linguístico. Para

¹Brandão (1991); Cardoso (2010); Romano (2013).

isso, expomos as etapas que poderão nortear novos dialetólogos na reflexão sobre os procedimentos metodológicos pertinentes à pesquisa e os critérios a ser adotados para a escolha das localidades. Iniciamos tratando dos critérios utilizados pelos autores de atlas na composição de redes mais ou menos densas e, em seguida, apresentamos a metodologia dos atlas brasileiros. Finalizamos com os critérios que adotamos para a composição da rede de pontos de um *Atlas linguístico topodinâmico e topoestático do estado do Tocantins* (ALITTETO).

A rede de pontos de um atlas linguístico e sua importância para descrição de áreas dialetais

Os atlas linguísticos têm se mostrado uma importante ferramenta para descrição e análise dos dialetos, considerando, além dos aspectos geográficos, as variações diatópica, diastrática e diafásica. Sílvia Brandão (1991, p. 24) conceitua atlas linguístico como

um conjunto de mapas em que se registram os traços fonéticos, lexicais e/ou morfossintáticos característicos de uma língua num determinado âmbito geográfico. Em outras palavras, é um repositório de diferentes realizações que constituem as diversas normas que coexistem num sistema linguístico e que configuram seus dialetos e/ou falares.

A autora ainda enumera as etapas que o pesquisador deve seguir para elaborar um atlas linguístico: 1) levantamento preliminar de dados; 2) fixação dos pontos de inquérito; 3) seleção dos informantes; 4) técnica de escolha de dados (elaboração de um questionário); 5) aplicação dos inquéritos; 6) catalogação, armazenamento e transcrições dos dados; 7) preparo das cartas (BRANDÃO, 1991, p. 25-39).

A etapa 1 diz respeito à definição dos objetivos do atlas linguístico que se quer elaborar, se sua amplitude será local, regional, estadual ou nacional, se irá contemplar um ou mais aspectos linguísticos (fonético-fonológico, semântico-lexical, morfossintático, entre outros). Diante disso, de acordo com os objetivos propostos, cabe ao pesquisador realizar estudos preliminares para identificar áreas linguísticas representativas dentro de cada comunidade. Após esse estudo inicial, compete ao

pesquisador obter dados históricos e geográficos para, posteriormente, definir a rede de pontos.

Nesse planejamento, devem-se consultar obras que descrevam o caráter sócio-histórico e geográfico das localidades, assim como consultas aos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre densidade demográfica e principais atividades econômicas da região. Além disso, são de leitura obrigatória as obras pioneiras *Guia para estudos dialetológicos* (SILVA NETO, 1957) e *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil* (NASCENTES, 1958).

Também é importante ressaltar que a feitura de um atlas implica, necessariamente, um alto custo financeiro para coleta e análise dos dados². Os custos vão além da coleta: é possível que o pesquisador necessite do auxílio de transcritores e de revisores para o material recolhido, além da consultoria de profissionais especializados para a elaboração das cartas linguísticas. Todas essas despesas devem ser orçadas e descritas ainda na fase “levantamento preliminar de dados”, descrita por Brandão (1991).

A segunda etapa é a fixação dos pontos de inquérito, que também se encontra ligada ao planejamento total da pesquisa. Segundo Brandão (1991), deve-se considerar *a relação entre a extensão territorial e a população da área de estudo*. Entretanto, a autora ressalta:

Dependendo das especificidades do projeto, dos objetivos do pesquisador, a rede pode ser mais ou menos densa. Atlas Linguísticos idealizados com a finalidade de registrarem os traços de falares de grupos que desenvolvem atividades específicas apresentam, por vezes, número mais reduzido de pontos de inquérito, em decorrência da forma de distribuição geográfica das populações envolvidas. (BRANDÃO, 1991, p. 27).

Ao definir a finalidade da rede de pontos, García Mouton (1996) também considera que os critérios para o trabalho dialetológico são diversificados, principalmente quanto aos aspectos metodológicos que

²A título de exemplo, para a coleta dos dados em 36 pontos de São Paulo para o Projeto Atlas Linguístico do Brasil, Aguilera estipulou o valor de R\$ 1.000,00 para cada ponto inquirido. Esses gastos são referentes ao deslocamento e à logística, somando ao todo R\$ 36.000,00 (AGUILERA, 2007).

o pesquisador deve considerar em sua rede. A autora esclarece que a rede de pontos é o

conjunto de localidades em que se decide fazer entrevistas. Elegem-se segundo critérios diversos e se pretende que representem todo o território estudado. A rede se estreita, isto é, incluem-se mais lugares em terras onde o dialeto é mais interessante, em zonas isoladas, em fronteiras, etc. A princípio, o enfoque historicista buscava só os mais arcaizantes, os mais afastados dos centros de inovação e, por isso, evitava-se incluir cidades na rede de entrevistas, critérios que se reconsideraram depois. (GARCÍA MOUTON, 1996, p. 65, tradução nossa³).

Para Cardoso (2010, p. 89), a confecção de um atlas, assim como toda pesquisa dialetal, baseia-se em três aspectos: a seleção dos pontos, os informantes e o questionário. Para a autora, o espaço geográfico depende do objetivo da pesquisa: um estado, uma região, um país, um continente. Cardoso apresenta como exemplos os atlas que buscam a origem das línguas, como é o caso do *Atlas Linguistique Roman* (ALiR), cujo propósito é descrever as línguas românicas, e sua abrangência perpassa diferentes fronteiras políticas e geográficas.

Os atlas de grande porte, tais como estaduais e nacionais, podem prescindir de uma rede de pontos mais densa do que os atlas locais ou que pretendem descrever aspectos específicos de determinada comunidade. Entretanto, mesmo com um minucioso projeto, é possível que, ao longo da coleta dos dados, o pesquisador decida inserir outros pontos linguísticos para registrar aspectos fonéticos, sintáticos ou lexicais não previstos no planejamento.

No Brasil, o trabalho pioneiro de Antenor Nascentes *Bases para a elaboração do Atlas linguístico do Brasil* (1958), que serve de subsídio aos dialetólogos e geolinguistas brasileiros, sugere 606 pontos, distribuídos

³No original: “conjunto de localidades en las que se decide hacer encuesta. Se eligen según diversos criterios y se intenta que representen todo el territorio estudiado. La red se estrecha, es decir, incluye, más lugares, en tierras donde el dialecto es más interesante, en zonas aisladas, en fronteras, etcétera. Al principio, el enfoque historicista buscaba solo los más arcaizantes, lo más alejado dos centros de innovación y, por eso, se evitaba incluir ciudades en la red de encuesta, criterios que se reconsideró después”.

entre os 22⁴ estados brasileiros, a ser inquiridos em um possível atlas linguístico nacional. Essa rede de pontos se justifica pela grande extensão territorial do Brasil e pela coexistência de diferentes normas linguísticas. Para Nascentes (1958, p. 19), os pontos selecionados devem ser “fixados no meio das regiões mais características do tipo de linguagem”.

Para Montes Giraldo (1987, p. 91), a densidade da rede de pontos é uma relação entre cada ponto estudado, a extensão territorial e a população total da região. Por exemplo, sugestivamente, o autor apresenta o número figurativo de 50 localidades em uma superfície de 100.000 km² com 5 milhões de habitantes. Assim, haverá uma densidade de 1 ponto para cada 2.000 km², se realizarmos a primeira equação, e 1 ponto para cada 100.000 habitantes, conforme a segunda fórmula:

$$1) \frac{100.000}{50} \frac{100.000}{50} \quad 2) \frac{5.000.000}{50} \frac{5.000.000}{50}$$

Essas fórmulas, na visão do autor, ajudam, junto dos objetivos e a possibilidade da pesquisa, a conhecer a maior ou a menor densidade que se dará a um atlas. Será mais densa a rede de pontos se houver maior número de localidades e menos habitantes por superfície. Em resumo, se uma região possui muita variedade dialetal, convém adensar a rede, mesmo que em zonas de contato interdialeto, permitindo-se, dessa maneira, maiores possibilidades de registrar e de delimitar os fenômenos linguísticos (*loc. cit.*).

O autor ainda estabelece quatro diretrizes básicas para a composição da rede de pontos, que sintetizamos a seguir:

- a. As localidades devem ser distribuídas, preferencialmente, de maneira uniforme dentro do território a ser analisado, levando em consideração critérios como densidade demográfica e aspectos interidiomáticos para identificar possíveis isoglossas;
- b. A localidade deve ser suficientemente antiga para que tenha uma tradição linguística comum. O requisito mínimo é que nela tenha nascido e crescido, pelo menos, uma geração;

⁴Número de estados brasileiros na época da publicação da obra, isto é, Goiás ainda compreendia os atuais estados de Goiás e de Tocantins, Mato Grosso envolvia tanto o atual Mato Grosso como o Mato Grosso do Sul, e os atuais estados do Acre, Rondônia, Roraima e Amapá, na época, eram denominados “territórios”.

- c. A localidade deve apresentar certa autonomia ou vida própria. Não seria adequado incluir um ponto onde todos, ou a maioria, trabalham em uma cidade vizinha, ali comercializam ou realizam seus negócios;
- d. As localidades devem ser de fácil acesso (MONTES GIRALDO, 1987, p. 91-93).

É importante frisar que as diretrizes estabelecidas por Montes Giraldo (1987) têm como premissa uma Dialectologia clássica, principalmente em relação ao item (b). Atlas mais recentes têm primado por uma Dialectologia pluridimensional (RADTKE; THUN, 1996) e levam em conta, além dos critérios topoestáticos (pessoas nascidas na localidade), os topodinâmicos (pessoas nascidas em outras regiões, mas que migraram para lá). Sendo assim, e dependendo dos objetivos do pesquisador, além de falantes tradicionais, se o atlas seguir uma metodologia topodinâmica, devem-se entrevistar migrantes que habitam a região.

Silva Neto (1957), tratando de atlas tradicionais, que privilegiavam uma linguagem mais arcaizante, estabelece como critério para compor a rede de pontos um conhecimento histórico e geográfico razoável por parte do pesquisador e as premissas: “a) comunidade antiga, onde o tipo de vida é tradicional e conservador; b) comunidade de mais ou menos setecentos habitantes; c) comunidade isolada de grandes centros; d) comunidade em que a vida não seja industrial, mas pastoril ou agrária” (SILVA NETO, 1957, p. 30-31).

Veny (1986, p. 87), dialectólogo catalão, pondera que a rede de pontos não deve seguir apenas parâmetros de simetria – é preciso levar em consideração: (i) critérios linguísticos, tanto das faixas fronteiriças do exterior do território, como os limites internos desses territórios; (ii) fatores geográficos, de maneira que territórios mais acidentados tenham uma rede mais densa; (iii) fatores históricos, que levam em considerações dados da colonização da região.

Segundo o autor, o número de pontos a ser selecionado é variável. Ele exemplifica com os dados do *Atlas lingüístico da Catalunha* (ALC), com 92 pontos, e do *Atlas lingüístic del Domini Catalá* (ALDC), que duplica as localidades do ALC, com 190 pontos, inserindo limites interdialetais. Para o dialectólogo, se, por um lado, a ampliação da rede de pontos apresenta um material mais rico no momento de estabelecer limites dialetais, por outro, traz dificuldades na hora de cartografar as variantes (VENY, 1986, p. 88).

Para a realidade brasileira, Ferreira e Cardoso (1984, p. 25-26) estabelecem cinco diretrizes básicas para seleção dos pontos de inquéritos:

(i) a história da área, a começar de sua fundação e das diferentes etapas que caracterizam o seu desenvolvimento; (ii) o grau de isolamento da área, nada obstante reconhecer-se que, no momento moderno, o isolamento é relativo e parcial, em face do aperfeiçoamento do sistema viário, principalmente entre nós o rodoviário, da ação dos meios de comunicação, sobretudo do rádio e da televisão, e da própria facilidade com que se deslocam habitantes de uma região para outra; (iii) a antiguidade da região, que definirá a que o estágio do processo de povoamento do território se prende; (iv) a natureza do desenvolvimento econômico que fornecerá a posição da localidade na região, conceituando-a como mais destacadamente difusora ou receptora das mudanças, embora se saiba que todas as áreas é, em parte, centro de produção e de recepção de transformações e (v) o estabelecimento de uma rede a ser inquirida no qual se verifique a intensidade de pontos condizentes com a densidade demográfica da área, refletindo a equidistância entre eles, de modo a vir recobrir harmonicamente toda a região pretendida.

Cabe inserir ao item (ii), além dos sistemas viários, descritos pelas autoras, o aumento do sistema de transporte aéreo brasileiro, facilitando sobremaneira os deslocamentos. Também ressaltamos o êxodo rural, a partir das décadas de 1970 e 1980, cuja população tem saído das zonas rurais e vindo para as cidades. Segundo dados do IBGE (2010), apenas 15,6% da população brasileira ainda residem no campo.

Cardoso e Ferreira (2010, p. 91) defendem que grandes centros urbanos e econômicos devem ser incluídos como ponto de entrevista a fim de coletar dados sociolinguísticos representados pelos falantes que habitam essas regiões, posto que as localidades urbanas são importantes para o contato linguístico.

Para Veny (1986, p. 90), as entrevistas no âmbito das grandes cidades apresentam um inconveniente: o alto grau de imigração para esses centros, e nesses casos o autor indica que o pesquisador procure selecionar informantes com profissões mais simples, tais como

empregados ou donas de casa, que tenham pouca familiaridade com a norma culta escrita. O material coletado nas zonas urbanas servirá de comparação com outros falares recolhidos.

Para a confecção do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, na etapa de planejamento, realizada em 1997, o professor Mário Zágari ficou responsável pela elaboração da rede de pontos e, por ocasião da Reunião do Comitê Nacional, realizada em Maceió em março de 1997, apresentou as diretrizes que nortearam a seleção da rede de pontos:

Densidade da rede, em função da extensão geográfica de cada região e de sua população;
Limites internacionais do Brasil e limites internos;
Pontos já pesquisados anteriormente (nos Atlas Linguísticos já publicados ou em andamento);
Pontos sugeridos por Nascentes;
Localidades que apresentam alguma especificidade (cidades muito antigas, cidades muito novas, pontos isolados ou “grotões”, cidades de garimpo etc.) (PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL, 1997a, n.p.).

Entretanto, após discussões durante os encontros sistemáticos dos pesquisadores que compõem o Comitê Nacional, deliberou-se que a rede de pontos deveria

Levar em conta a densidade demográfica de cada área;
Distribuir espacialmente os pontos, de modo a cobrir toda a área brasileira;
Colocar pontos nas fronteiras do Brasil com os demais países da América, desde que a densidade demográfica da área o comportasse. Examinadas as fronteiras, decidiu-se por pontos nos limites do Brasil com: Guiana Francesa, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. [...]
Não incluir o Distrito Federal entre os pontos do Centro Oeste, por considerá-lo pouco característico do ponto de vista linguístico;
A inclusão de pontos pesquisados anteriormente para os Atlas linguísticos regionais, assim como a dos pontos sugeridos por Nascentes foi dada como irrelevante;

Algumas localidades isoladas podem ser incluídas na rede de localidades. Neste caso estão, por exemplo, localidades do Acre.

Há inclusão de uma localidade de garimpo: Imperatriz (no Maranhão). (PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL, 1997a, n.p.).

Em relação à quantidade de pontos, Roberto Zágari apresentou uma proposta preliminar de 210 a 220 pontos e uma reserva de 30 a 40 pontos a ser selecionados no decorrer da pesquisa (PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL, 1997a).

Em reunião realizada em julho do mesmo ano, o prof. Zágari expôs uma reformulação da proposta apresentada meses antes, considerando

prioritariamente, a densidade demográfica de cada região e de cada estado, com os ajustes necessários nos casos de densidade abaixo de 1,0 — como nos estados do Acre, Roraima e Amapá — e nos de maior densidade populacional — como no caso dos estados de Minas Gerais (densidade: 27,0), Rio de Janeiro (densidade: 22,0) e São Paulo (densidade: 55,0). (PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL, 1997b, n.p.).

Nessa segunda proposta, a rede de pontos ficou preliminarmente definida com 235 pontos, mantendo os critérios outrora apresentados, tais como distribuição espacial, zonas dialetais, importância e características da localidade e limites internos e internacionais. Ficou estabelecido que todas as capitais, exceto Brasília (DF) e Palmas (TO)⁵, comporiam a rede de pontos.

Posteriormente, em 2001, Zágari, após sugestões, apresentou a proposta de, além dos 235 pontos, somar mais 15 localidades satélites. Após discussões, o comitê optou por integrar os 15 pontos aos 235, somando assim 250 localidades, número definitivo.

⁵Essas localidades não foram integradas à rede de pontos do ALIB em decorrência da “data de sua criação e pelo fato de ter população proveniente ou descendente de diversos pontos do país por ser uma cidade ainda em formação, sem habitante aí nascido” (PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL, 1997b, n.p.).

As decisões do Projeto ALiB, ao longo de três anos, exemplificam as dificuldades dos pesquisadores em selecionar e definir os critérios para a composição da rede de pontos, sobretudo quando se trata de um atlas nacional, cujas dimensões territoriais estão próximas às de um continente. Mesmo após discussões por parte do comitê, no decorrer do projeto foram necessários ajustes na metodologia, principalmente em relação à seleção de algumas localidades, como no caso de pequenos vilarejos: “Cangussu, no Tocantins, substituído por Natividade; Príncipe da Beira, em Rondônia, substituído por Guajará Mirim; e Paranatinga, no Mato Grosso, substituído por Poxoréu” (MOTA, 2009, p. 151).

Para González (1992, p. 166), os pontos devem ser fixados anteriormente, mas o pesquisador deve ter a liberdade de modificá-los ao longo da pesquisa pelas seguintes razões: “dificuldade de encontrar um informante idôneo; dificuldade de acesso ao ponto programado; núcleo populacional muito pequeno; localidade com população flutuante que mascara a fisionomia autóctone etc.” (tradução nossa)⁶.

O autor ainda conclui que “problemas desse tipo temos passado, em maior ou menor grau, todos nós que trabalhamos como inquiridores em algum projeto de geografia linguística” (GONZÁLEZ, 1992, p. 166 [16], tradução nossa)⁷. Problemas esses também enfrentados pelos dialetólogos brasileiros em suas pesquisas de campo.

Partilhamos das mesmas preocupações descritas por González e relembramos as oportunas palavras de Silva Neto (1957, p. 34): “É preciso lembrar, contudo, que as pesquisas de campo são a negação de todo e qualquer esquematismo. Cada região tem os seus problemas próprios, que muitas vezes não podem ser resolvidos senão no terreno”. Sendo assim, cabe ao pesquisador definir a rede de pontos de acordo com os objetivos de seu trabalho, mas considerar que atlas linguísticos são suscetíveis a adaptações ao longo do trabalho de coleta.

⁶No original: “Dificultad en encontrar un informador idôneo; dificultad de acceso al punto programado; núcleo de población demasiado pequeño; localidad con población de aluvión que enmascara la fisonomía autóctona, etc.”

⁷No original: “Problemas de este tipo los hemos sufrido, en mayor o menor grado, todos los que hemos trabajado como encuestadores en algún proyecto de geografia lingüística”.

Os atlas linguísticos brasileiros e as respectivas redes de pontos

Os primeiros oito atlas linguísticos publicados no Brasil seguiram metodologias diversas quanto à fixação de uma rede de pontos para os inquéritos, pois foram idealizados por diferentes autores, em épocas distintas, com objetivos diversificados e de acordo com os respectivos territórios pesquisados.

O primeiro atlas publicado no Brasil, o *Atlas prévio dos falares baianos* (APFB) (ROSSI, 1963), foi constituído por 50 pontos de inquéritos, distribuídos em 30 sedes de municípios, 15 vilas e 5 povoados. Estabeleceu-se como ponto de partida, além de obras de cunho histórico, geográfico e relatos de viajantes, a obra de Nascentes (1958). Entretanto, apenas 13 pontos de Nascentes foram contemplados no conjunto final da obra, uma vez que as localidades “nem sempre atendiam aos pressupostos teóricos da escolha de uma localidade, tais como: antiguidade, vida própria, relativo isolamento, população numericamente representativa” (FERREIRA, 1998, p. 16).

O *Esboço de um Atlas linguístico de Minas Gerais* (EALMG) delimitou uma rede de 116 pontos para compor o atlas. Os critérios não foram regulares, simétricos nem históricos: segundo Zágari *et al.* (1977), apenas linguísticos. Buscaram-se centros tradicionais, cidades industriais e comerciais mineiras, centros de irradiação e pontos marginais, perfazendo um ponto a cada 5.061 km² (ZÁGARI *et al.*, 1977, p. 29).

Para o *Atlas linguístico da Paraíba* (ALP), Aragão e Menezes (1984) selecionaram 25 municípios e mais três satélites para cada um deles, totalizando 100 pontos de inquéritos. A utilização dos municípios satélites serviu para “controle e convalidação dos dados obtidos nos municípios base, não aparecendo, portanto, nas cartas” (ARAGÃO, 1998, p. 57). Para chegar a esse número, as autoras fizeram estudos preliminares em bases de dados (IBGE) e levantamentos socioeconômicos dos municípios, nos quais buscaram informações de natureza diversa, como nome do município, etimologia, limites, aspectos demográficos e econômicos, aspectos escolares etc. (*loc. cit.*)

O *Atlas linguístico de Sergipe* (ALS), terceiro atlas publicado no Brasil, em 1987, fixou o número de 15 localidades para compor a obra. Os critérios de escolha das localidades foram semelhantes aos utilizados

no APFB, ou seja, antiguidade, densidade demográfica e localização espacial (MOTA, 1998, p. 80). Não há referência à distância entre os pontos investigados, mas verificou-se que a média foi de 60 km entre um e outro.

Para o *Atlas linguístico do Paraná* (ALPR), publicado em 1994, composto por 65 localidades, Aguilera (1994) se baseou inicialmente nas diretrizes propostas por Nascentes (1958) que indicavam apenas 24 pontos. Entretanto, na época da obra do autor, o Oeste e o Sudoeste paranaenses eram pouco povoados e muitos municípios foram criados nas décadas de 1940 e 1950, o que levou a autora a ampliar a rede proposta com base em dados mais recentes. Aguilera (1998, p. 107-108) estabeleceu como critérios para sua rede aspectos étnicos, geográficos e históricos, além da data de fundação de cada município. Assim, ficou estabelecida uma simetria de 60 km de um ponto a outro, exceto entre as cidades de Cambará e Jacarezinho, Londrina e Jataizinho, Peabiru e Campo Grande, Umuarama e Cruzeiro do Oeste, em decorrência de grupos migratórios, fatores socioeconômicos e linguísticos que exigiram uma distância menor entre um e outro ponto.

O *Atlas linguístico-etnográfico da região Sul* (ALERS), publicado em 2002, primeiro atlas a abranger três estados simultaneamente e o sexto na sequência cronológica, selecionou 275 pontos linguísticos, segundo as bases de Nascentes (1958) e a importância histórica da localidade. Além disso, a metodologia do atlas priorizou os aspectos mais arcaizantes e, para isso, foram selecionados informantes moradores de zonas rurais. A média entre um ponto e outro é de 60 km.

Os atlas posteriores ao lançamento do ALiB, como o *Atlas linguístico do Amazonas* (ALAM) e o *Atlas linguístico do Mato Grosso do Sul* (ALMS), basearam-se na metodologia daquele projeto. Para o ALAM, Cruz-Cardoso (2008) elegeu nove municípios representativos nas nove microrregiões do estado. A autora, além dos pontos de Nascentes, usou critérios de natureza histórica, geográfica, demográfica e socioeconômica. Oliveira (2007), para o *Atlas linguístico do Mato Grosso do Sul* (ALMS), estabeleceu como critérios para a seleção das 32 localidades os aspectos demográficos, históricos e sociais.

Em relação aos atlas em andamento no Brasil, o Quadro 1 mostra a quantidade de pontos selecionados e os critérios definidos para a rede de cada um deles.

Quadro 1 – Atlas linguísticos estaduais em andamento e dados sobre a rede de pontos

Obras	Pontos de inquérito	Crítérios para a seleção da rede de pontos
Atlas linguístico de Rondônia (ALIRO)	15	Aspectos migratórios/imigratórios e geográficos (TELES, 2009, p. 397)
Atlas linguístico do Acre (ALiAC)	22	Peculiaridades linguísticas e etnográficas de cinco atividades econômicas do estado (LESSA, 2007)
Atlas linguístico do Mato Grosso do Sul (ALMS)	22	Demográficos, históricos e sociais (OLIVEIRA, 2007, p. 21)
Atlas linguístico do Mato Grosso (ALiMAT)	16	Localidades com mais de 60 anos de fundação, pontos comuns a Nascentes (1958) e ao ALiB (LIMA; TAMANIN; CARDOSO (2010)
Atlas linguístico do Maranhão (ALiMA)	18	Geográficos: localização, limites, dados históricos, população e principais atividades econômicas (FEITOSA <i>et al.</i> , 2000, p. 13)
Atlas linguístico do Espírito Santo (ALES)	35	Crítérios geográficos, época de ocupação, densidade populacional, além de aspectos linguísticos de acordo com Nascentes e com o Projeto ALiB (AURÉLIO, 2012, p. 84-86)
Atlas linguístico do Rio Grande do Norte (ALiRN)	10	Crítérios do ALiB e localidades com mais de 10.000 habitantes, recobrimdo geograficamente o estado (ARAGÃO; PEREIRA, 2005, p. 290)

(conclusão)

Atlas linguístico de Goiás (ALINGGO)	42	“Localização geográfica; pontos sugeridos por Nascentes; antiguidade; aspectos histórico-culturais; densidade demográfica; áreas de fronteira entre Goiás e outros Estados; e natureza do povoamento” (MILANI, 2012, p. 6)
Atlas linguístico-etnográfico de Alagoas (ALEAL)	21	Pontos sugeridos por Nascentes com adaptações (BARBOSA, 2014).

Fonte: elaborado pelos autores

Podemos notar que os autores de atlas adotam mais de um critério para a composição da rede de pontos, mas o geográfico representa um ponto comum entre as metodologias. Quanto ao número de localidades, é variável e está vinculado aos objetivos dos atlas e à densidade demográfica de cada estado selecionado.

Fase inicial do Projeto Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins: exposições gerais acerca da história do Tocantins

O conhecimento do que hoje se tornaram os estados de Goiás e Tocantins se iniciou com o movimento das bandeiras, no século XVII, saindo de São Paulo pelo curso dos rios Paranaíba, Tocantins, Araguaia e Tietê. Em 1630, essas expedições ocorreram por terra, “atravessando, de sul a norte e de norte a sul, todo o território goiano. Há notícias documentadas de pelo menos 16 bandeiras” (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 17).

Consta que também eram frequentes as viagens dos jesuítas, provenientes do Pará, com o objetivo de levar os índios para o norte, pois haviam criado um sistema estruturado de aldeias para catequização dos indígenas. No entanto, nem os bandeirantes nem os jesuítas tinham por intento fixar-se na região goiana (MATTOS, 1979; PALACÍN; MORAES, 2008; CAVALCANTE; KIMURA, 2008).

Afirma-se que um dos primeiros exploradores dos territórios goianos foi Bartolomeu Bueno da Silva, o “Anhanguera”, cujo intuito era o de fixar-se em novas terras para buscar ouro. Após autorização real, em 1722, a bandeira

saiu de São Paulo e, após três anos, descobriu o ouro na cabeceira do Rio Vermelho (PALACÍN; MORAES, 2008; MATTOS, 1979).

Posteriormente, uma nova expedição, partindo de São Paulo e encabeçada por Bartolomeu Bueno, fixou-se na região do rio Vermelho, fundando o arraial de Sant’Ana, “que depois seria chamado Vila Boa, e mais tarde, Cidade de Goiás, sendo durante 200 anos a capital do território” (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 23).

Durante os anos da mineração, três zonas do território foram povoadas: a primeira no centro-sul; a segunda na região do Tocantins, incluindo o alto Tocantins ou Maranhão (pertencente à capitania do Norte); a terceira entre o Tocantins e os Chapadões, região limítrofe com a Bahia. As povoações do norte goiano eram dispersas: arraial de São Felix (divisa com a Bahia), Cavalcante e Natividade (ao sul) e Porto Real (região setentrional). Ao todo, a capitania de Goiás já abrigava, em 1808, duas Correições, a de Vila Boa e a do Norte, contendo 40 arraiais (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 26-28).

O norte da Capitania apresentava muitos problemas, sobretudo de ordem econômica e infraestrutural. Mattos, militar enviado à província de Goiás em 1823, relata as péssimas condições do norte da capitania, principalmente nos arraiais de Cavalcante, Arraias, Conceição, Flores e Natividade (MATTOS, 1979).

Se, por um lado, as minas auríferas trouxeram algumas povoações à região, por outro, também foram responsáveis por seu retraimento. Medidas por parte do governo acirraram o caráter de isolamento da região, com a proibição da navegação dos rios e das rotas alternativas, cujo intuito era dificultar o contrabando do ouro. Além disso, soma-se o fato da não fixação dos mineiros nas localidades auríferas (CAVALCANTE; KIMURA, 2008, p. 136).

Após a decadência do ouro, houve tentativas governamentais de incentivar a agricultura em Goiás, entretanto, fatores como altos impostos, desprezo por parte dos mineradores pelo trabalho agrícola, alto custo dos transportes e ausência de infraestrutura deixaram a região em profunda decadência ao longo do século XIX (PALACÍN; MORAES, 2008).

Na visão de Mattos, o desprezo dos homens pelo trabalho agrícola acentuou a miséria na região: “Acha-se o maior desprezo e abatimento [...]. Parece que muitos homens aborrecem aquilo mesmo que é a origem da sua existência, e principal base de sua sustentação. Inventando pretextos frívolos com que encobrem sua preguiça [...] não querem trabalhar” (MATTOS, p. 75).

Com as péssimas condições, o norte da capitania iniciou um movimento separatista, encabeçado pelo ouvidor da Comarca do Norte, Theotônio Segurado, o que culminou, em 1821, com um governo provisório em Cavalcante que se intitulava independente da Comarca do Sul. Com a desaprovação de Dom Pedro I, o norte não conseguiu sua independência e os movimentos separatistas foram suprimidos.

Theotônio Segurado, para propor a separação entre norte e sul, baseou-se principalmente nas diferenças sociais e culturais das populações, em que o sul estava atrelado a uma identificação mineiro-paulista, enquanto o norte estava ligado aos currais do nordeste (CAVALCANTE; KIMURA, 2008).

O panorama desolador instaurado na região só começou a se modificar depois da Revolução de 1930 e a construção da cidade de Goiânia, considerada um marco econômico para a região. O sul goiano prosperava, mas o norte do estado ainda não havia alcançado um desenvolvimento econômico satisfatório.

Após a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153), na década de 1960, novas cidades surgiram no entorno dessa rodovia, mas a situação ainda era preocupante, sobretudo pelas diferenças econômicas e culturais do norte em relação ao sul do estado. O movimento separatista se intensificou e recebeu o apoio de jornais regionais, cujo discurso ressalta o regionalismo e as diferenças entre norte e sul.

Aproveitando o momento político, lideranças separatistas redigiram um documento com 80 mil assinaturas em prol da separação do estado. O relator da Subcomissão dos Estados da Assembleia Nacional, Siqueira Campos, entrega ao presidente da assembleia uma fusão de ementas. A criação do Tocantins foi votada e aprovada em 5 de outubro de 1988.

Após a criação do estado, as levas migratórias foram intensificadas. Em trabalho sobre o tema, Maria Carvalho Brasil destaca que, até a década de 1980,

o Tocantins contou com a forte influência da imigração proveniente do Nordeste, com 69%, seguido do Sudeste, com 15%. Com relação aos nordestinos o fluxo mais importante foi oriundo do Maranhão, que correspondeu a 60% do respectivo total. Já o Sudeste abasteceu esse Estado com fluxos importantes oriundos de Minas Gerais (68%) e São Paulo (27%). (BRASIL, 1997, p. 67).

Atualmente, há, no Tocantins, 1.383.445 habitantes, divididos entre 139 municípios e as principais atividades do estado são a agricultura e a pecuária (IBGE, 2010). A formação cultural da população é bem diversificada, sobretudo pelas fronteiras estaduais com os estados do Pará, Maranhão, Piauí, Goiás e Mato Grosso.

Um atlas estadual topodinâmico e topoestático do Tocantins: desafios para a composição da rede de pontos

A Dialetoлогия pluridimensional tem trazido novos desafios para a composição da rede de pontos. Thun (1998), tratando da diferença entre a Dialetoлогия tradicional e pluridimensional, esclarece que

o espaço variacional da Dialetoлогия Pluridimensional não compreende somente os dialetos “puros” preferidos pela Dialetoлогия tradicional ou os socioletos da Sociolingüística. São de igual interesse as variedades mistas, os fenômenos de contato lingüístico entre línguas contíguas ou superpostas de minorias e maiorias, formas regionais, a variação diafásica (ou estilística), o comportamento lingüístico dos grupos topodinâmicos (demograficamente móveis) contrastando com o dos grupos topoestáticos (com pouca mobilidade do espaço), a atitude metalingüística dos falantes comparada com seu comportamento lingüístico, e outros parâmetros mais (THUN, 1998, p. 706, tradução nossa).⁸

De acordo com o autor, a constituição da rede de pontos dos atlas pluridimensionais leva em consideração grupos autóctones e grupos provenientes de outras regiões, além dos aspectos variacionistas diatópico

⁸No original: “O espacio variacional de la Dialectología pluridimensional no comprende solamente los dialectos “puros” preferidos por la Dialectología tradicional o los sociolectos de la Sociolingüística. Son de igual interés las variedades mixtas, los fenómenos de contacto lingüístico entre lenguas contiguas o superpuestas de minorias y de mayorías, formas regionales, la variación diafásica (o estilística), el comportamiento lingüístico de los topodinámicos (demográficamente móviles) contrastando con el de los grupos topoestáticos (poco móviles en el espacio), la actitud metalingüística de los hablantes comparada con su comportamiento lingüístico, y otros parámetros más.” (THUN, 1998, p. 706).

(horizontal) e diastrático (vertical), pois tem por intuito considerar a heterogeneidade linguística brasileira.

Para Thun, na Dialectologia pluridimensional, são consideradas oito dimensões linguísticas/sociolinguísticas: a dialingual (coexistência de duas línguas no mesmo território); a diatópica (distância espacial); a diastrática (diferentes estratos sociais); a diageracional (variação entre as diferentes faixas etárias); a diafásica (diferentes estilos), a diatópico-cinética (compara o comportamento linguístico entre grupos estáveis e dentro da localidade com grupos móveis), a diassexual (variação entre falar feminino e masculino) e a diarreferencial (metalinguagem e consciência linguística do falante) (THUN, 2000, p. 189).

Trabalhos que se predisponham a seguir a metodologia pluridimensional devem compor tanto a rede de pontos quanto o perfil dos informantes levando em consideração as variáveis descritas pelo autor. No Brasil, ainda há poucos trabalhos com a vertente topodinâmica e topoestática e, em sua maioria, estão sendo desenvolvidos em universidades do sul do Brasil⁹.

A vertente topodinâmica/topoestática ainda é recente no Brasil, entretanto a metodologia fornecida para esses atlas é importante para descrever áreas dialetais e o contato migratório, tão presente em nosso país. A mobilidade espacial do sul para o norte, intensificada sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980 (BRASIL, 1997), despertou nosso interesse em analisar como esses processos influenciam o falar de determinado estado, no caso, o Tocantins.

Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, encontra-se em andamento o projeto de doutorado *Atlas linguístico topodinâmico e topoestático do estado do Tocantins* (ALiTTETO), cujo principal objetivo é cartografar a variante tocantinense sob a abordagem da Dialectologia pluridimensional.

Tendo em vista que o Tocantins é o estado mais recente da federação brasileira, a utilização de uma metodologia dialetológica apenas tradicional seria inviável, posto que esse estado, mesmo quando

⁹*Projeto Atlas Linguístico Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata* (2011); *Um estudo geossociolinguístico da fala do oeste do Paraná* (BUSSE, 2010); *Atlas linguístico topodinâmico do oeste de São Paulo* (SANTOS-IKEUCHI, 2014); *Atlas linguístico do território incharacterístico* (CUBA, 2015).

pertencente a Goiás, recebeu forte contingente migratório, proveniente principalmente do Pará, Maranhão, Minas Gerais e Goiás, entre as décadas de 1970 e 1990. Diante disso, nos dispusemos a trabalhar com os eixos topodinâmico e topoestático em um atlas linguístico, com a finalidade de representar e verificar se há um falar típico tocantinense ou se aí predomina um hibridismo linguístico.

Após a leitura das obras de referência, esboçamos uma proposta para a rede de pontos do denominado ALITTETO, cujos princípios norteadores visam a contemplar as oito microrregiões administrativas que compõem o Tocantins, observando que a seleção das localidades que comporão o trabalho deve seguir, prioritariamente, dois critérios: o histórico-cultural e o político-geográfico.

O critério histórico-cultural considerou os aspectos históricos da formação do estado: as povoações mais antigas, principalmente localidades que foram arraiais, zonas de garimpo, regiões próximas aos rios Araguaia e Tocantins que funcionaram como importante via fluvial e entrepostos comerciais nos séculos XVIII e XIX. Essas cidades, atualmente, possuem baixa densidade demográfica, com pouca representatividade econômica para o estado.

Com esse critério, elencamos os pontos que foram relevantes no contexto de formação do estado e atuaram como zonas do ouro e respeitáveis entrepostos comerciais. Acresce-se a isso o fato de essas localidades terem, no princípio da colonização, os primeiros migrantes: Tocantinópolis, Natividade, Pedro Afonso e Porto Nacional. Com exceção de Natividade, os demais pontos foram anteriormente citados por Nascentes (1958).

Quanto aos aspectos político-geográficos, buscamos inicialmente averiguar as cidades com destaque no setor econômico do estado. Além disso, seria fundamental recobrir geograficamente as regiões de fronteira com outros estados, as localidades isoladas geograficamente e as cidades em torno da rodovia Belém-Brasília (BR-153).

A partir desses critérios, as três localidades com maior PIB estadual são Palmas, Araguaína e Gurupi. Para contemplar os limites estaduais, colocamos também Araguacema (na divisa com o Pará), Mateiros (na fronteira com Piauí, Maranhão e Bahia) e Formoso do Araguaia (na divisa com o Mato Grosso e pertencente ao Complexo do Cantão).

Apresentamos, a seguir, um breve histórico de cada um dos dez pontos selecionados.

Tocantinópolis (antigo topônimo: Boa Vista)

Os dois primeiros bandeirantes que chegaram à localidade partiram de Pastos Bons, Maranhão, em 1818, e fixaram residência com suas famílias à margem esquerda do Rio Tocantins,

onde havia um amplo terreno fértil propício ao trabalho agrícola, ficaram satisfeitos com o que viram, desligaram-se da bandeira e com suas famílias fixaram moradia à beira do rio Tocantins. Era uma região fertilíssima e possuidora de imensa quantidade de madeiras para construções, magníficos babaçuais e riquíssimas pastagens (FERREIRA, 1958, p. 422).

Em seguida, vários outros migrantes, provenientes de Carolina, no Maranhão, também se fixaram na localidade.

A nova cidade foi batizada de Boa Vista em virtude das belezas ali existentes. Posteriormente, devido à abundância de madeira, pastagens e babaçus, a localidade atraiu outras famílias, provenientes principalmente dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará. A mudança para o nome atual, Tocantinópolis, ocorreu em 1943, em decorrência da nova divisão do território goiano.

Araguaína (antigo topônimo: Lontra)

Situada entre os rios Andorinha e Lontra, afluentes do Rio Araguaia, a região abrigou seus primeiros habitantes, os índios Carajá. Em 1876, chegaram à localidade as primeiras famílias, provenientes do Piauí, que batizaram o local de Livre-nos Deus “em alusão ao temor pelos ataques dos índios e animais selvagens que ali habitavam” (HALUM, 2008, p. 54).

Em seguida, vieram outras famílias, e formou-se o povoado denominado Lontra. As atividades econômicas eram principalmente o cultivo de cereais, comércio dos excedentes e cultura do café, mas, devido à falta de infraestrutura logística, a produção e a região foram abandonadas.

Somente em 1925, com a chegada de novas famílias, um pequeno povoado foi criado, junto do primeiro templo católico. Posteriormente, a região foi nomeada de Povoado de Araguaína, em clara referência ao

rio Araguaia. Por causa de sua localização e da ausência de estradas, as atividades econômicas da região, principalmente a pecuária, não se desenvolveram durante anos.

Na segunda metade do século XX, após a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153), Araguaína tornou-se a segunda maior cidade do Tocantins, um importante polo econômico para o estado.

Araguacema (antigo topônimo: Santa Maria do Araguaia)

A primeira tentativa de colonização da região se deu em 1812, com o desbravador tenente Francisco Xavier de Barros, cuja responsabilidade era instalar 80 pessoas às margens do rio Araguaia e construir e manter o presídio de Santa Maria do Araguaia (fortaleza militar) para a proteção do comércio e da navegação (FERREIRA, 1958, p. 46). Entretanto, a difícil relação com os índios fez eclodir um grande assalto, destruindo a região.

Posteriormente, com o auxílio do frei capuchinho Francisco do Mont Sant Victo e sua ação catequética direcionada aos índios, a construção do presídio foi restabelecida, em 1858, porém 18 léguas ao norte do ponto original.

Segundo Ferreira (1958, p. 46), “em 1870, o bravo sertanista, General Couto de Magalhães, fundou a Companhia de Navegação a vapor do Rio Araguaia, com sede no então presídio de Santa Maria”. Anos mais tarde, já no século XX, com a extração da borracha, intensificou-se o comércio pelo rio Araguaia e a localidade foi elevada à categoria de vila em 1931 e à de cidade em 1938.

Natividade (antigo topônimo: Arraial de São Luiz)

A fundação de Natividade teve início em 1734, com a extração do ouro de aluvião pelos portugueses e escravos. Inicialmente, o arraial era localizado no alto da Serra Olhos d'Água, mas, pelas dificuldades de acesso, o povoado se instalou na parte baixa da serra.

Segundo Mattos (1979, p. 127), foram trazidos à região cerca de 40 mil escravos para as minas. Devido à significativa produção aurífera, Natividade se tornou um dos mais importantes arraiais do norte, sendo residência do ouvidor Theotônio Segurado, entre os anos de 1809 e 1815, culminando na sede provisória da Comarca do Norte, conforme alvará: “Haverá na Capitania de Goiaz mais huma Comarca, que Hei por bem

Criar, e que se denominará a Comarca de São João das duas Barras, desanexando-se da antiga parte do Norte” (BRASIL, 1809, *sic*). Em 1832, o arraial foi elevado à categoria de vila e, em 1933, foram definidos seus limites territoriais. Natividade foi a primeira cidade tocantinense tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan), em 1987.

Palmas (capital)

A primeira capital do estado e sede provisória do governo foi Miracema do Tocantins. Poucos dias após a eleição do primeiro governador, realizou-se um estudo para definir a localidade em que se fixaria a capital definitiva do recém-criado Tocantins. Elegeu-se a região pertencente ao território de Porto Nacional, em um “quadrilátero de 90 por 90 quilômetros” (HALUM, 2008, p. 230).

Em 20 de maio de 1989, realizou-se a primeira missa e lançou-se a pedra fundamental da nova capital. Segundo dados do IBGE (2010), desde 1996, a população cresceu de 86.116 habitantes para 228.332.

Porto Nacional (antigos topônimos: Porto Real, Porto Imperial)

A origem da cidade possui aspectos semelhantes ao surgimento de Natividade. Ocorreu com o ciclo do ouro, em 1738, no local que se denominou arraial de Bom Jesus do Pontal, à margem esquerda do Rio Tocantins. Além do ouro, havia, na época, extenso comércio fluvial com Belém do Pará (MATTOS, 1979, p. 128).

Em 1805, após o ataque dos índios Xerente, os sobreviventes fundaram, à margem direita do rio, o arraial de Porto que, posteriormente, foi batizado de Porto Real. Tornou-se um importante arraial do norte, tornando-se cabeça de julgado, conforme relato de Ferreira (1958, p. 373):

Em 1810 D. João VI, percebendo o valor do ouro existente em Goiás ou Grão-Pará, resolveu transferir para Pôrto Real a cabeça de julgado de São João das Duas Barras ou São José do Araguaia, e determinou que para ali se transportasse o Corregedor Joaquim Teotônio Segurado.

Após três anos, por ordem do desembargador Theotônio Segurado, o arraial se tornou cabeça de julgado e, em 1831, foi elevado à categoria de vila, passando a se chamar Porto Imperial e depois, com a Proclamação da República, Porto Nacional.

Formoso do Araguaia

A busca do ouro levou os portugueses às margens de um rio que denominaram Formoso pelas belezas naturais da região, habitada por índios Javaé. Até 1949, ficou praticamente abandonada, quando houve a descoberta de cristal de rocha por migrantes piauienses. A atividade do garimpo promoveu o desenvolvimento do povoado que se tornou distrito em 1953 (IBGE, 2010).

Mateiros

Mateiros se situa na parte leste do estado do Tocantins, dentro do complexo do Jalapão. A região faz divisa com Maranhão, Piauí e Bahia. Além de Mateiros, principal município do Jalapão, há também os municípios de São Felix, Lizarda, Novo Acordo, Lagoa do Tocantins, Santa Tereza e Ponte Alta (BEHR, 2008).

Segundo Behr (2008), as inscrições rupestres no Jalapão demonstram provavelmente a passagem do homem pré-histórico há cerca de 10 mil anos. A região no século XVIII era habitada por índios Acroá e a ocupação por outras etnias se deu apenas no século XIX, sobretudo por migrantes provenientes dos estados fronteiriços que buscavam bons pastos para o gado.

Posteriormente, durante a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se o ciclo de extração do látex e as “antigas fazendas transformaram-se em cidades pequenas que assim sobrevivem até hoje” (BEHR, 2008, p. 55).

Mateiros possui uma das menores taxas de povoamento do estado: 2.223 habitantes. A região possui, predominantemente, atividades ligadas ao turismo e ao artesanato. É conhecido o cultivo e o manuseio de artesanatos da fibra natural capim dourado, arte nascida com os índios Xerente e repassada aos habitantes da comunidade de Mumbuca, próxima a Mateiros.

Pedro Afonso (antigo topônimo: Arraial Travessia dos Gentios)

O arraial foi fundado como missão religiosa do frei Rafael Taggia, em 1847, com o intuito de construir uma escola de ensino religioso para os Xerente. Trouxe consigo 10 praças e

tão logo desembarcou, mandou construir diversas barracas para si e seus soldados e, separadamente, uma capela. Em seguida, chamou tôda a tribo e aldeou-a no lugar chamado São João, 24 quilômetros do arraial improvisado. Em São João fundou o Padre Taggia um colégio destinado à educação dos filhos dos selvagens. (FERREIRA, 1958, p. 331).

Entretanto, após desentendimentos com os índios, frei Taggia se retirou da região, regressando mais tarde acompanhado de indígenas do Maranhão e dando continuidade a sua ação catequética. O arraial prosperou e, em 1903, foi elevado à categoria de vila.

Posteriormente, no século XX, a cidade se dedicou à extração da borracha e ao comércio com Belém (PA). As revoltas políticas e a grande influência dos coronéis atrasaram o desenvolvimento da região, que só foi retomado a partir da construção da ponte sobre o rio Sono, em 1979.

Gurupi

Os índios Avá-Canoeiro foram os primeiros habitantes da região. Em busca de uma tropa fugida de burros, Benjamin Rodrigues, morador da cidade de Peixes, chega à região em 1932. Mais tarde, em 1946, migrantes provenientes das cidades de Dueré e Porto Nacional se fixaram na localidade (IBGE, 2010).

O considerável desenvolvimento econômico da região foi alcançado com a construção da rodovia Belém-Brasília, que passa às margens da cidade. Atualmente, as principais atividades econômicas são a pecuária e a agricultura. Tornou-se a terceira maior cidade do estado e ocupa a 24ª posição no ranking de maior PIB da região Norte.

Os pontos elencados, com exceção de Mateiros, Araguacema e Natividade, possuem mais de 10 mil habitantes. Optamos por manter Mateiros por pertencer ao complexo do Parque Estadual do Jalapão, pelo isolamento geográfico em relação às outras localidades e por ser próximo da fronteira com o estado do Piauí. Araguacema foi selecionada em função de sua antiga história e por estar na divisa

com o estado do Pará; Natividade foi escolhida por se tratar de uma antiga zona de garimpo e por ter sido a primeira cidade tocantinense tombada pelo Iphan.

Na região central do estado, onde há maior concentração populacional, optamos por manter as localidades de Palmas e Porto Nacional por entendermos que essas regiões são significativas do ponto de vista linguístico/cultural e histórico. Entretanto, Palmas tem apenas 25 anos, e será difícil encontrar informantes com o perfil topoestático na localidade, assim, acreditamos que só será possível aplicar o critério topodinâmico para essa cidade.

O número de pontos estipulado pode não ser definitivo, pois partilhamos das premissas estabelecidas por Silva Neto (1957) e González (1992) de que a rede de pontos de um atlas não deve ser estanque, uma vez que há nuances que o pesquisador terá conhecimento apenas quando o trabalho de campo for iniciado.

A rede de pontos do ALiTTETO ficou assim constituída:

Quadro 2 – Rede de pontos do *Atlas linguístico topodinâmico e topoestático do estado do Tocantins* (ALiTTETO)

(continua)

	Data de fundação/ emancipação	População (IBGE, 2010)	Pontos coincidentes com outros trabalhos
MICRORREGIÃO DE ARAGUAÍNA			
1) Araguaína	1876 (1958)	150.484	
MICRORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO			
2) Tocantinópolis	1818 (1943)	22.619	Nascentes (1958)
MICRORREGIÃO DE DIANÓPOLIS			
3) Natividade	1734 (1821)	9.000	ALiB
MICRORREGIÃO DE GURUPI			
4) Gurupi	1932 (1956)	76.755	
MICRORREGIÃO DO JALAPÃO			
5) Mateiros	1963 (?)	2.223	Nascentes (1958)
MICRORREGIÃO DE MIRACEMA DO TOCANTINS			
6) Araguacema	1812 (1930)	6.716	

(conclusão)

MICRORREGIÃO DE PORTO NACIONAL			
7) Palmas	1989	228.332	
8) Pedro Afonso	1845 (1937)	11.539	Nascentes (1958)/ ALiB
9) Porto Nacional	1738 (1861)	49.146	Nascentes (1958)
MICRORREGIÃO DO RIO FORMOSO			
10) Formoso do Araguaia	1949 (1963)	18.427	Cuba (2015)

Fonte: elaborada pelas autoras

Considerações finais

São variadas as diretrizes metodológicas para os pesquisadores quanto à definição da rede de pontos para um atlas linguístico. Os critérios são diversos: geográficos, históricos e socioculturais, e, devido à importância da rede de pontos para a descrição de áreas dialetais, cabe ao pesquisador adotar um ou mais critérios para a seleção das localidades.

Os primeiros atlas publicados no Brasil possuem critérios diversos quanto à formação da rede de pontos, pois foram idealizados por autores diferentes em momentos distintos. Porém, a partir da metodologia adotada pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil em 1996, muitos pesquisadores têm se baseado nos parâmetros do ALiB para a execução de seus projetos pessoais ou institucionais.

Também é importante ressaltar que a consulta à obra de Nascentes (1958) é relevante em todos os aspectos, principalmente para a composição da rede de pontos, ressaltando-se a necessidade de atualizar as informações dadas pelo dialetólogo há meio século.

Com o surgimento da Dialetoologia pluridimensional, novos parâmetros têm surgido quanto à escolha dos pontos de inquérito, sobretudo a inclusão de localidades que foram palco de grande fluxo migratório nas décadas passadas e o são ainda na atualidade.

Com esses parâmetros e tendo em vista os objetivos do ALiTTETO, inserimos o total de 10 pontos de inquérito. Consideramos dois critérios para essa seleção: histórico/social e geográfico/político. O

primeiro critério se refere à formação histórica do estado e às principais atividades econômicas iniciadas quando pertencente a Goiás.

Quanto ao aspecto geográfico/político, atendemos marcos econômicos importantes para a formação do Tocantins, tais como a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153) e as atividades econômicas atuais. As cidades com maior PIB estadual foram inseridas com a finalidade de contemplar os grandes centros urbanos do estado.

Para delimitar o número de pontos a ser investigado, o pesquisador deverá atentar para a abrangência do atlas linguístico, se local, regional, estadual ou nacional. Por fim, é importante considerar que a pesquisa de campo está longe de qualquer esquematismo e, por vezes, mesmo após minucioso planejamento, será necessário que o pesquisador adote, ao longo do trabalho, outros critérios não previstos nas fases preparatória e exploratória.

Referências

AGUILERA, V. A. *Atlas linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1994.

AGUILERA, V. A. Atlas linguístico do Paraná: veredas. In: AGUILERA, V. A. (Org.). *A geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: UEL, 1998. p. 99-133.

AGUILERA, V. A. *Coleta de dados Projeto ALIB*: São Paulo [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por greize_silva@yahoo.com.br em 20 jun. 2007.

ARAGÃO, M. S. Atlas linguístico da Paraíba. In: AGUILERA, V. A. (Org.). *A geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: UEL, 1998. p. 55-78.

ARAGÃO, M. S.; MENEZES, C. Atlas linguístico da Paraíba. Brasília: UFPB, 1984.

ARAGÃO, M. S.; PEREIRA, M. N. Atlas linguístico do Rio Grande do Norte: um projeto em desenvolvimento In: AGUILERA, V. A. (Org.). *A geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: UEL, 2005, p. 285-298.

AURÉLIO, R. P. *Os falares da Bahia e do Espírito Santo: implicações sob os aspectos dialetológicos*. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2012.

BARBOSA, M. *Atlas linguístico e etnográfico de Alagoas* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <vandercei@uel.br> em 27 abr. 2014.

BEHR, M. Jalapão: patrimônio natural e cultural tocantinense. In: CAVALCANTE, I.; KIMURA, S. (Orgs.). *Vivências e Sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins*. Goiânia: Iphan, 2008., p.51-68.

BRANDÃO, S. F. *A geografia linguística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991. (Série Princípios).

BRASIL, M. C. Os fluxos migratórios na Região Norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. *Caderno Estudos Sociais*, Recife, v. 13, n. 1, p. 61-84, jan./jun. 1997.

BRASIL. Alvará da criação da nova comarca de S. João das Duas Barras, desanexando-a da de Goiaz. In: BRASIL. *Código Brasileiro: ou Collecção das leis, alvarás, decretos, cartas regias, &c. promulgadas no Brasil desde a feliz chegada do príncipe regente N. S. a estes estados com hum índice chronologico*. 1809. Rio de Janeiro: Impressão Régia. Disponível em: <https://archive.org/stream/codigobrasiliens00braz/codigobrasiliens00braz_djvu.txt>. Acesso em: 9 fev. 2015.

BUSSE, S. *Um estudo geossociolinguístico da fala do oeste do Paraná*. 2010. 284f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

CARDOSO, S. A. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CAVALCANTE, I.; KIMURA, S. Mapeamento do patrimônio cultural do Estado do Tocantins. In: CAVALCANTE, I.; KIMURA, S. (Orgs.). *Vivências e Sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins*. Goiânia: Iphan, 2008, p. 91-159.

CRUZ-CARDOSO, M. L. C. Atlas linguístico do Amazonas – ALAM: a natureza de sua elaboração. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 1., São Paulo, 2008. *Anais...* São Paulo: USP, 2008. Não paginado. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp22/09.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2014.

CUBA, M. A. *Atlas linguístico topodinâmico do território incaracterístico*. 2015. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

FEITOSA, A. C. *et al.* O Atlas linguístico do Maranhão: um projeto em desenvolvimento. *Caderno de Pesquisa*. São Luís, v. 11, n. 2, p. 9-20, jul./dez 2000.

FERREIRA C.; CARDOSO, S. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto: 1984.

FERREIRA, C. Atlas prévio dos falares baianos: alguns aspectos metodológicos. In: AGUILERA, V. A. (Org.). *A geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: EDUEL, 1998. p. 15-30.

FERREIRA, J. P. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, vol. XXXVI. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

GARCIA MOUTON, P. Dialetologia y geografía lingüística. In: ALVAR, M. (Dir.) *Manual de Dialectología Hispánica: el español de España*. Barcelona: Ariel, 1996. p. 63-77.

GONZÁLEZ, M. Metodología de los atlas lingüísticos en España. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE DIALECTOLOGÍA, 7., 1992, Bilbao. *Actas...* Bilbao: Real Academia de la Lengua Vasca: 1992. Disponível em: <www.euskaltzaindia.net/dok/ikerbilduma/51331.pdf>. Acesso em 4 mar. 2014. P. 151-177 [1-27].

HALUM, C. *Municípios tocantinenses: suas origens, seus nomes*. Palmas: Provisão, 2008.

IBGE. *Cidades: Tocantins*. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=17&search=tocantins>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

IBGE. *Sinopse do Censo Demográfico de 2010*. 1.8 Populações nos Censos Demográficos, segundo as grandes regiões, as Unidades da Federação e situação do domicílio 1960/2010. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

KOCH, W.; KLASSMANN, M; ALTENHOFEN, C. *Atlas Linguístico Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS). Porto Alegre/Florianópolis/Curitiba: Ed. UFRGS/Ed. UFSC/ Ed. UFPR, 2002. v. 1, v. 2.

LESSA, L. G. Atlas etnolinguístico do Acre – ALAC. *Revista Philologus*, ano 7, nº. 20, p. 75-84, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/rph/ANO07/20/007.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2014.

LIMA, José Leonildo; TAMANIN, Cássia Regina; CARDOS, Valéria. Procedimentos metodológicos do ALiMAT: o documentador, o informante e a entrevista. *Ecos*, ed. 009, junho de 2010, p. 209-219.

MATTOS, R. J. C. *Chorographia história da província de Goiyaz*. Goiânia: Líder, 1979.

MILANI, S. E. Projeto construção do acervo audiovisual da língua falada em Goiás e execução do Atlas linguístico de Goiás – ALINGO. Laboratório da Língua de Goiás. 2012. Disponível em: <<http://www.labolinggo.lettras.ufg.br>>. Acesso em: 1 mar. 2014.

MONTES GIRALDO, J. J. *Dialectología general e hispanoamericana: orientación teórica, metodológica y bibliográfica*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1987.

MOTA, J. Atlas linguístico de Sergipe. In: AGUILERA, V. A. (Org.). *A Geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: EDUEL, 1998, p. 79-98.

MOTA, J. O Projeto Atlas Linguístico do Brasil: uma visão crítica da metodologia utilizada. *ABRALIN*, v. 8, n. 1, p. 149-162, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.abralin.org/site/data/uploads/revistas/2009-vol-8-n-1/jacyramota.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2014.

NASCENTES, A. *Bases para a elaboração do Atlas linguístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1958.

OLIVEIRA, D. P. *Atlas linguístico do Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: UFMS, 2007.

PALACÍN, L.; MORAES, M. A. de S.. *Pelos caminhos do desenvolvimento de Goiás*. 6.ed. Goiânia: Editora da UCG, 2008.

PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO CONTATUAL DAS MINORIAS ALEMÃS NA BACIA DO PRATA (ALMA-H). 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/projalma>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL. In: REUNIÃO DO COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 1, 1997, Maceió. *Atas...* Maceió, 11 e 12 de março de 1997a. Não paginado. (Fotocopiada – Circulação Restrita).

PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL. In: REUNIÃO DO COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2, 1997, Belo Horizonte. *Atas...* Belo Horizonte, 13 e 14 de julho de 1997b. Não paginado. (Fotocopiada – Circulação Restrita).

RADTKE, E.; THUN, H. Nuevos caminos de la geolingüística románica: un balance. In: RADTKE, E.; THUN, H. (Org.). *Neue Wege der*

Romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums Empirischen Dialektologie. Kiel: Westensee-Verlag, 1996. p. 25-49.

ROMANO, V. P. Balanço crítico da Geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. *Entretextos*. 13, nº 2, 2013, p. 1-41.

ROSSI, N. *Atlas prévio dos falares baianos*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1963.

SANTOS-IKEUCHI, A. R. *Atlas lingüístico topodinâmico do oeste do estado de São Paulo*. 374 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

SILVA NETO, S. *Guia para estudos dialectológicos*. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

TELES, I. M. Falares e aspectos culturais de Rondônia: a importância dos estudos sociolinguísticos, fonéticos e dialetológicos. *SIGNUM*. v. 12, n. 1, p. 385-402, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/4201/4610>>. Acesso em: 1 mar 2014.

THUN, H. La geolingüística como lingüística variacional general (con ejemplos del Atlas lingüístico diatópico y diastrático del Uruguay). In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ROMANCE LINGUISTICS AND PHILOLOGY, 21, 1995, Palermo. *Proceedings...* Tübingen: Niemeyer, 1998. p. 701-729.

THUN, H. O português americano fora do Brasil. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHÖNBERGER, A. (orgs.). *Estudos de geolinguística do português americano*. Frankfurt am Main: TFM, 2000. p. 185-227.

VENY, J. *Introducción a la dialectologia catalana*. Barcelona: Biblioteca Universitária, 1986.

ZÁGARI, M. R. L et al. *Esboço de um Atlas lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: MEC, 1977.